



**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33



**PARECER JURÍDICO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO:** 031/2021

**PROCESSO LICITATÓRIO:** Pregão Presencial n.º 017/2021

**REQUERENTE:** Microcopy Comércio de Máquinas e Suprimentos para Escritório Ltda.

**I - RELATÓRIO:**

Trata-se de recurso administrativo proposto pela empresa **Microcopy Comércio de Máquinas e Suprimentos para Escritório Ltda.**, em que esta afirma que a empresa **Imprima Cartuchos e Informática Ltda.** "apresentou proposta com falhas substanciais, tornando incompleto o conteúdo do documento e, consequentemente, impedindo que a Administração e a proponente concluíssem pela suficiência dos elementos exigidos".

Ainda, diz que a empresa Imprima "sequer poderia ter entregue seus envelopes, uma vez que ela não atendeu ao que solicitava no edital", e, que a mesma "ofertou uma proposta irregular e que não possui os detalhamentos necessários para a perfeita análise de sua viabilidade e atendimento aos critérios escolhidos pela administração pública em relação ao serviço contratado".

Neste sentido, a recorrente requer a "desclassificação/inabilitação da empresa Imprima Cartuchos e Informática Ltda.", a fim de declarar a empresa **Microcopy Comércio de Máquinas e Suprimentos para Escritório Ltda. como vencedora.**

Pois bem. Em apertada síntese, estes são os fatos.

**II - FUNDAMENTAÇÃO:**

**II.I. DO DOCUMENTO NEGLIGENCIADO:**

O Recorrente afirma que a empresa **Imprima Cartuchos e Informática Ltda.** não apresentou no ato do credenciamento "Declaração assinada pelo contado responsável sob as penas da Lei, indicando se a empresa participante se enquadra como M.E. e E.P.P (Anexo VII) e/ou Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial", nos termos do item 11.8. do Edital.





**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33



De fato, compulsando o caderno licitatório, é possível constatar que a empresa supracitada não apresentou o documento em momento oportuno, tendo apresentado posteriormente.

Entretanto, constato que há questão prejudicial que impede a análise das questões apontadas, bem como inviabiliza o prosseguimento do certame.

A Lei Complementar nº. 123/2006 estabeleceu na Seção Única, do seu Capítulo V ("Do Acesso aos Mercados"), intitulada "Das aquisições públicas" (arts. 42 e seguintes), condições favorecidas às micro e pequenas empresas para contratações com a Administração Pública, por intermédio de licitações públicas.

Dentre as condições apontadas pela norma, encontra-se a indicada no Art. 48, I, o qual diz:

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

~~I - destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);~~

I - deverá realizar **processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);**

Portanto, a realização de processos licitatórios em que a participação será exclusivamente de microempresas e empresas de pequeno porte, limita-se à contratações cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

É importante ponderar que no termo de referência, parecer jurídico inaugural, e no capítulo do edital que delimita o objeto da licitação, inexistente referência a necessidade da licitação ser destinada exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

Neste sentido, nota-se que a cláusula apontada pela Recorrente foi inserida equivocadamente no momento da elaboração, já que se encontra dissonante com o conteúdo de todo certame.

Por outra banda, não poderia a administração declarar a nulidade de tal item nesta oportunidade, já que isso poderia indicar o direcionamento do certame para um dos participantes.



**Estado do Paraná**  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
CNPJ 77.819.605/0001-33



Assim, conclui-se que a manutenção da presente licitação viola o conteúdo do art. 48, II, da Lei Complementar nº. 123/2006, já que seu objeto ultrapassa o valor indicado pela norma.

**III - CONCLUSÃO:**

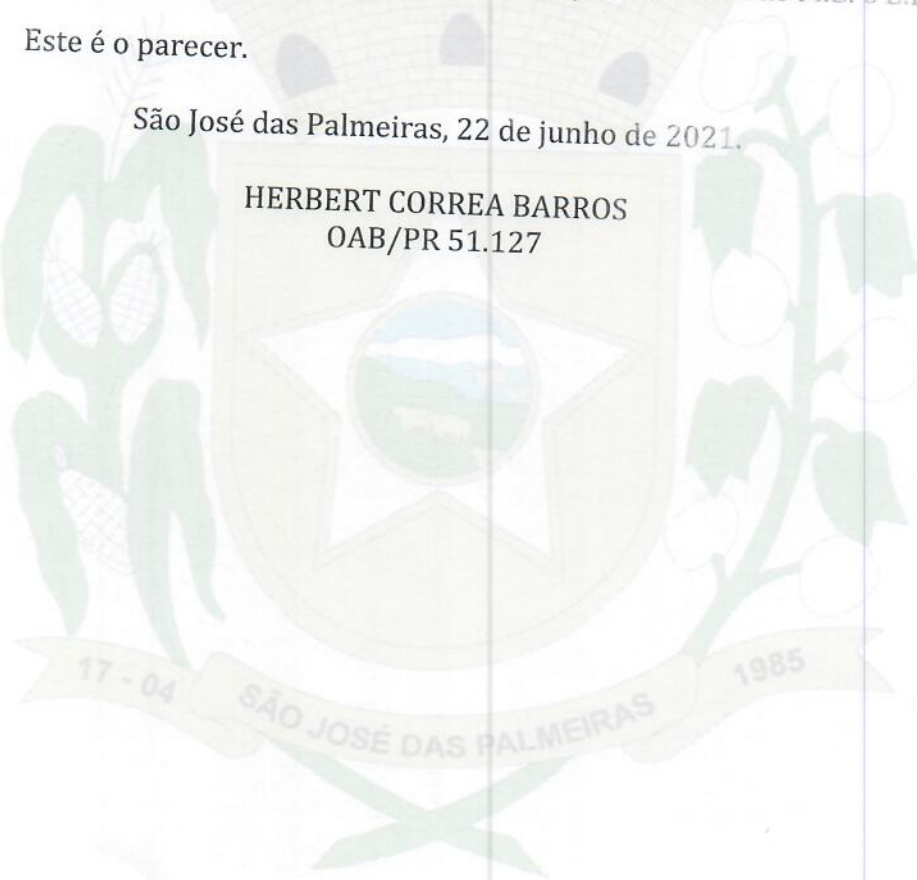
Esta procuradoria, ciente do dispendioso trabalho executado pelo departamento de licitação, e, pela secretaria de administração, o qual é digno de respeito, posiciona-se pela anulação do certame, considerando o vício apontado.

Por fim, diante da necessidade da administração, sugere a abertura de novo edital, sem a inclusão de cláusula de participação exclusiva de M.E. e E.P.P.

Este é o parecer.

São José das Palmeiras, 22 de junho de 2021.

HERBERT CORREA BARROS  
OAB/PR 51.127







**Estado do Paraná**  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
CNPJ 77.819.605/0001-33

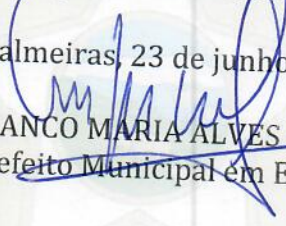


DESPACHO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATORIO N.º  
031/2021 –  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 17/2021

Vistos, etc.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL, Prefeito Municipal em Exercício do Município de São José das Palmeiras/PR, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista os fatos e fundamentos de direito apresentados pelo Procurador Jurídico, DECIDE ANULAR o PROCESSO LICITATORIO N.º 031/2021 – PREGÃO PRESENCIAL N.º 17/2021, que tem como objeto a **contratação de empresa especializada em prestação de serviços de impressão e locação de impressoras (Outsourcing de impressão), impressoras multifuncionais com função de copiadora, impressora matricial, impressora plotter, scanner de mesa, e outros dispositivos para atender**, tendo como princípio o interesse da Administração e a conveniência administrativa, determinando que o setor competente apresente novamente termo de referência para abertura de novo procedimento licitatório.

São José das Palmeiras, 23 de junho de 2021.

  
FRANCO MARIA ALVES CABRAL  
Prefeito Municipal em Exercício

